

# UM OLHAR ÉTICO SOBRE O VALOR DE EDUCAR<sup>1</sup>

## *AN ETHICAL APPROACH ON THE VALUE OF EDUCATING*

Maria Luiza GUEDES<sup>2</sup>  
Terezinha Azerêdo RIOS<sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho aponta os valores como constituintes da ação humana transformadora do mundo e destaca o espaço da prática moral e da reflexão ética. Propõe uma reflexão sobre a presença dos valores morais na ação dos educadores e sobre a necessidade do olhar ético sobre a educação. Levando em conta as características da sociedade contemporânea, problematiza algumas atitudes assumidas pelos professores diante de situações características de uma “crise” na educação e chama atenção para a urgência de se buscar uma resposta consistente à indagação sobre que vida se quer construir com a contribuição do trabalho educacional.

**Palavras-chave:** Valores; Educação; Moral; Ética.

### ABSTRACT

*This work points out the values that constitute the transforming human action in the world, and emphasizes the range of both moral practice and ethical reflection. It proposes a reflection on the presence of moral values in the action of educators as well as the need of an ethical focus on education. Taking into account the characteristics of modern society, it discusses some attitudes taken over by the teachers facing peculiar situations of an education “crisis”, and calls the attention to the urgency of searching for a consistent answer to the question about what life one wants to build with the contribution of an educational work.*

**Key words:** Values; Education; Moral; Ethics.

---

<sup>1</sup> Este texto tomou como ponto de partida a palestra “O valor de educar”, realizada pelas autoras no Encontro “O presente da prevenção na escola” dos Projetos *Comunidade Presente e Prevenção também se Ensina*, da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE. São Paulo, novembro 2001.

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Professora do Departamento de Teologia e Ciências da Religião da PUC-SP. E-mail: <mluques@uol.com.br>.

<sup>3</sup> Doutora em Educação. Professora do Mestrado em Educação do Centro Universitário Nove de Julho (Uninove) e do Departamento de Teologia e Ciências da Religião da PUC-SP. E-mail: <te.rios@terra.com.br>.

Para iniciar nossa reflexão, vamos recorrer a duas proposições que nos provocam quando nos dispomos a enfrentar o desafio de olhar criticamente para nosso ofício de educar.

A primeira, de Kwantsu, do século 3 a.C., adverte que “quem planeja a curto prazo, deve cultivar cereais; a médio prazo, plantar árvores; a longo prazo, educar homens”.

E a segunda, de Fernando Savater (1997, p.215), que assevera: “Sabe qual é o efeito mais notável da boa educação? Despertar a fome de mais educação, de novos aprendizados e ensinamentos”.

As afirmações de Kwantsu e Savater nos remetem à idéia de que educação e valor mantêm entre si uma estreita articulação. O que é educar senão socializar conhecimentos, sentimentos, valores? E por que estabelecer valores na sociedade senão com a intenção de vê-los mantidos e garantidos por um processo educativo?

## Humanidade e valor

Os valores resultam de uma relação que se estabelece entre os seres humanos e o mundo quando, por meio do trabalho, os homens transformam o mundo e a si mesmos, criando a cultura. Diferentemente dos outros seres, submetidos ao determinismo da natureza, os humanos, dotados de liberdade, interferem na natureza e produzem modificações que não são apenas de ordem material. Na verdade, a grande intervenção dos seres humanos na transformação do mundo é de ordem imaterial, simbólica. É isso que nos leva a defini-los, para além de “animais racionais”, como “animais simbólicos”, criadores de significações, de valores.

Relacionando-se uns com os outros e com os elementos do mundo do qual fazem parte – os objetos, as situações, as atitudes e os comportamentos –, os seres humanos, levando em conta suas necessidades e seus desejos, estabelecem ou reconhecem a importância, as qualidades boas ou más daqueles objetos,

situações, atitudes e comportamentos. Conferir valor significa não ficar indiferente, significa manifestar-se em relação a algo.

Quando se afirma que algo é bom, ou que é útil, ou que é importante, é preciso indagar o que se quer dizer com isso – bom, útil, importante para quem, por quê? Os objetos ou os bens não possuem um valor em si, mas ganham significado na sua relação com os seres humanos. Somos nós que os valorizamos ao valorizarmos suas propriedades que ganham valor pelo que representam para nós. Como afirma Vázquez (1975, p.121), “o valor não é propriedade dos objetos em si, mas propriedade adquirida graças à sua relação com o homem como ser social. Mas, por sua vez, os objetos podem ter valor somente quando dotados realmente de certas propriedades objetivas”.

Isso significa que nos valores há uma dimensão subjetiva e uma dimensão objetiva. O que é diferente de afirmar que há valores materiais – todo valor, enquanto valor, é imaterial. E se encontra presente, aí sim, em elementos materiais ou imateriais. Atribui-se valor à terra, aos imóveis, assim como se atribui valor à família (que é mais do que os indivíduos que a compõem) ou à ciência.

Há vários tipos de valores e todos eles estão contidos na educação: valores econômicos, valores religiosos; valores afetivos; valores morais. Os valores morais são aqueles que dizem respeito à correção ou à impropriedade das atitudes e/ou dos comportamentos. Eles são especialmente relevantes para a prática pedagógica. No processo educativo, nossa prática se dá em um território de relações que são ordenadas e mediadas pelo conhecimento e que, além disso, são orientadas por princípios e regras de convivência, ou seja, não prescindimos da moral e nem escapamos dos dilemas éticos. Ao contrário!

No espaço do senso comum, não se costuma fazer distinção entre os conceitos de ética e moral. Se recorrermos à etimologia das palavras, encontraremos *ethos* (do grego) e *mores* (do latim), que designam, ambos, os *costumes*, as maneiras de agir que são “inventadas” pelos

seres humanos ao viverem juntos, em sociedade, e que, de certo modo, os caracterizam. Embora haja uma significação inicial comum, é necessário distinguir os conceitos e o que eles designam. Vale ressaltar: distinguimos não para separar, mas para fazer a articulação, inevitável e necessária, entre eles.

### **Moral e Ética: distintas e inseparáveis**

Pode-se definir a moral como o conjunto de valores, de princípios, de regras que norteiam o comportamento humano nas diversas sociedades. No espaço da moralidade, aprovamos ou reprovamos o comportamento dos indivíduos e o designamos como certo ou errado, correto ou incorreto. Quando indagamos acerca de como agir como mulher, como jovem ou como estudante, estamos inserindo em nossa pergunta a expressão “corretamente” – como agir *corretamente* como mulher, como jovem, como estudante? Há sempre uma expectativa da sociedade em relação ao desempenho dos papéis e nossa conduta é aceita ou rejeitada, na medida em que corresponde ou não a essa expectativa (RIOS, 2006, p.22). Nós levamos em conta essa expectativa quando nos comportamos, uma vez que ela é, também, nossa. Há uma expectativa nossa em relação a nosso desempenho e nossas formas de conduta. Agimos certo? Estamos sendo bons pais, bons professores, bons amigos? Tais questões, que propomos acerca dos outros e de nós mesmos, nos encaminham para o espaço da ética.

A ética é a reflexão crítica sobre a moralidade; ela não tem a pretensão de definir normas. Quando fazemos uma reflexão ética, estamos nos perguntando sobre a consistência e coerência dos valores que norteiam nossas ações de caráter moral, buscamos sua fundamentação, para que elas tenham significado autêntico em nossas relações sociais. A ética pressupõe valores que comandam a ação e a fazem ir além do nível imediato da situação, criando um horizonte em cuja direção a ação se

projeta, na busca de seu *dever ser* (PESSANHA, 1993, p.3).

Cabe à ética problematizar, perguntar pelo porquê das ações e juízos morais. No terreno da moral, os critérios utilizados para conduzir a ação são os mesmos que se usam para os juízos sobre a ação e estão sempre ligados a interesses específicos de cada organização social. No plano da ética, estamos na perspectiva de um juízo crítico, próprio da filosofia, que quer compreender, quer encontrar o sentido da ação. Há entre a moral e a ética um constante movimento, que vai da ação para a reflexão sobre seu sentido, seus fundamentos, e da reflexão retorna à ação, revigorada e transformada.

### **O que devo fazer?**

Dissemos que o valor se estabelece nas relações: é preciso que os homens estabeleçam ou reconheçam o que vale a pena, o que não vale, quanto vale em dinheiro, em afeto, em investimento, o que vale mais ou vale menos, o que vem primeiro o que vem depois, o que significa mais nas relações sociais. Essas questões são o pano de fundo para que respondamos à questão inaugural da moral: *o que devo fazer?*

Trata-se de uma questão inaugural porque se colocou para os homens desde a origem, desde que eles se distinguiram da natureza e inventaram o mundo da cultura. E a educação, pois não haveria mundo sem educação. Os homens não teriam podido sobreviver se não se educassem, partilhando, criando e recriando a cultura, e se não respondessem criativamente à questão: *o que devo fazer?*

Essa questão guarda em sua formulação uma referência à *liberdade* e à *responsabilidade*. Colocá-la e respondê-la pressupõe avaliar, julgar, e decidir dentro de um contexto, pressupõe a definição e a escolha de valores.

Nosso comportamento ganha uma conotação moral exatamente quando nos

posicionamos em relação aos deveres, quando, de certa forma, respondemos ao que é exigido de nós socialmente. É por isso que falamos em *responsabilidade* quando tomamos decisões, quando fazemos escolhas. Temos sempre que escolher entre obedecer e desobedecer quando consideramos o dever. Qualquer que seja nossa escolha, somos responsáveis por ela.

O que possibilita nossa escolha é o fato de sermos livres, de termos *liberdade*. Se tivéssemos que obedecer sempre, seríamos como os outros animais, que são obrigados a se comportar de uma determinada maneira. Eles não podem e não *precisam* escolher. Nós precisamos, porque *podemos e devemos*. Por isso é que não se pode falar de moral entre os animais não humanos – eles não agem bem ou mal: agem de uma única maneira, *determinada* pela natureza. E por isso também dizemos que só se é responsável quando se é livre. Quem não é livre não pode escolher entre fazer o que é certo e o que é errado, o que é bom e o que é mau, nem mesmo mudar as idéias sobre o que é bom e mau, certo ou errado; ser, portanto, responsabilizado por seus atos.

Se voltarmos a atenção para as situações que vivemos na sociedade, perceberemos que é difícil afirmar que temos liberdade, uma vez que estamos sujeitos a pressões e *limites*. É verdade. Mas é preciso pensar que *não há liberdade sem limites*. A questão nem se colocaria se vivêssemos sozinhos e em plena satisfação. A liberdade é uma condição dos seres humanos que vivem socialmente. Por isso ela se apresenta como questão sempre em situações concretas, situações que apresentam limites e *possibilidades*. Nós somos mais livres quanto mais ampliamos as possibilidades e afastamos os limites.

Não somos livres isoladamente, mas com outros homens e outras mulheres de nossa sociedade, de uma *pólis* organizada de uma determinada forma. Logo, todo comportamento moral tem uma conotação *política*. Quando nos posicionamos, manifestamos sempre uma escolha, um gesto de tomar partido. *Ser político é tomar partido* na sociedade, não necessariamente ser de um determinado partido.

Dizer que o indivíduo faz escolhas morais não é afirmar que existem morais individuais. Cada ser humano posiciona-se diante de um conjunto de valores que não foram criados por ele isoladamente, mas no contexto das relações com outros seres humanos. É dentro do contexto social, dos grupos de que faz parte, que o indivíduo desenvolve suas potencialidades, incluindo-se sua moralidade. A responsabilidade envolve poder e interdependência, pois o comportamento moral implica *autonomia* – possibilidade de atuação *livre*, mas *sempre na relação com os demais indivíduos*.

A autonomia é uma situação na qual agimos levando em consideração regras que, ainda que encontremos prontas na sociedade, julgamos legítimas e as incorporamos como nossas. Numa situação de heteronomia, aceitam-se passivamente as regras, tendo sempre em vista as punições ou recompensas que elas guardam. “Numa situação de autonomia, os indivíduos não deixam de levar em conta, para sua conduta, regras e normas, mas o fazem de acordo com princípios sobre os quais refletem e que orientam seu agir” (LORIERI; RIOS, 2004, p.65-66).

No contexto contemporâneo, com crescimento do poder do homem a partir das conquistas da ciência e da tecnologia, vemos que há um duplo movimento de crescimento das responsabilidades e da dificuldade ou da recusa a assumi-las, em virtude da complexidade das conseqüências que delas decorrem. O conceito de responsabilidade é reduzido em sua compreensão quando articulado ao de culpa, mais do que ao de posicionamento e atuação consciente. É preciso notar que há guardados na responsabilidade uma promessa e um compromisso, algo que remete ao futuro e à relação com os outros. Quando se pensa na tarefa educativa, isso ganha um sentido especial.

### Que vida queremos construir?

A questão - *o que devo fazer?* - depara-se, às vezes, com uma resposta que parece não servir mais, suscita uma problematização e

aponta, de certo modo, um vazio moral. Costumamos dizer que aí se encontra o berço da ética: nesse espaço vazio de respostas imediatas, mas pleno de humanidade, porque pleno de possibilidades de construção da nossa humanidade. Pleno de possibilidades de construção das relações humanas e, especialmente, da relação pedagógica.

A pergunta da ética – *Que vida queremos construir?* – vai além do dever: ela procura levar em consideração os direitos dos seres humanos, o empenho da liberdade na construção de uma *vida boa*, digna de ser vivida. Ao problematizar os valores presentes nas ações morais, ao procurar seus fundamentos, a ética vai apoiar-se em princípios: o respeito, a justiça, a solidariedade, que apontam para a realização do bem comum, da felicidade.

Não se entenda a felicidade numa perspectiva romântica ou idealista. A felicidade tem sido considerada pelos filósofos como o fim último da vida dos indivíduos em sociedade, identificada com a possibilidade de participar da construção dessa sociedade e de sua história, de exercer direitos, de criar direitos, de afirmar-se como cidadãos, de construir projetos e de trabalhar no sentido de vê-los realizados. Se a tarefa dos educadores é colaborar para a construção da cidadania, nela está implícito o esforço de construção da felicidade, embora se reconheçam os entraves que se apresentam cotidianamente para a sua realização.

### **Que educação estamos construindo?**

Hoje, mais do que nunca, diante das características e demandas do mundo contemporâneo, o educador diariamente pergunta-se: o que devo fazer? A pergunta surge diante dos problemas e dificuldades que, cotidianamente, as escolas estão enfrentando em todos os seus espaços: das pequenas incivildades à violência brutal, passando ainda pelas questões de aprendizagem propriamente ditas.

Há uma nova situação, no tecido das relações sociais, gerada pela articulação complexa de vários fatores, entre eles, a globalização, a nova ordem (desordem?) mundial, a complexificação das relações internacionais, o esvaziamento dos Estados, as relações sociais orquestradas pelos valores do individualismo moderno e o seu aprofundamento neoliberal. Essa situação atinge, também e com muita força, a escola.

O individualismo se aprofunda e se apresenta com duas faces contraditórias. De um lado, o indivíduo quer participar do que a modernidade oferece e promete. Quer continuar a consumir, se já o fazia; ou quer começar, se não o fazia. Tudo é oferecido indiscriminadamente para todos pelos meios de comunicação de massas, num grande espetáculo mundializado, oferecido aos olhos e ao desejo, o que não quer dizer que seja acessível ao consumo. De outro lado, o indivíduo quer ser reconhecido como sujeito, quer construir sua existência, sem ser dependente de papéis e normas, a não ser que as tenha escolhido, as tenha reconhecido como válidas, como suas. Ele quer escolher um grupo, pois isso indica pertencimento, identidade, mas, ao mesmo tempo, não quer ser subordinado aos valores e regras do grupo.

Esse duplo movimento, que se constata em todas as instituições, reveste-se de um caráter especial na instituição escolar. A escola se mostra como uma territorialidade e uma espacialidade cujos mecanismos ordenadores estão numa crise extremamente complexa.

O quadro que se apresenta é de fragmentação do conhecimento, em meio ao excesso de informações; de esgarçamento da teia de relações interpessoais; de descrédito diante da possibilidade de se enfrentarem problemas cujos fundamentos localizam-se, ao mesmo tempo, no interior da escola e fora dela. São problemas que se referem não apenas à aprendizagem de conceitos mas à aprendizagem de habilidades para situar-se no mundo e participar de sua construção.

Evidencia-se, assim, a necessidade de que estejamos dispostos, antes de mais nada, a dar

a cada momento novas respostas às novas situações, a abandonar a ilusória segurança das fórmulas. Para isso, precisamos superar alguns mitos presentes na realidade educacional; entre eles, as imagens que nós professores, mergulhados em um caldo cultural, temos de nós mesmos. Imagens forjadas em elaborações míticas tradicionais de nosso papel social. Somos heróis santificados pela nobreza de nossa missão? Somos algozes de nossos alunos que reprovamos e aos quais não ensinamos o que deveríamos ensinar? Somos vítimas de um estado perverso e ideologicamente mal intencionado, de famílias desestruturadas e seus filhos mal educados?

Questões assim formuladas só podem receber respostas simplistas, lineares e mistificadoras, pois apostam em um mundo dicotômico, no qual o bem e o mal, o certo e o errado, o culpado e o inocente são facilmente identificáveis. Originam-se em uma visão da realidade cuja matriz é maniqueísta, portanto incapaz de tomá-la em sua complexidade e movimento. Tal perspectiva, em meio à sensação de impotência que sentimos diante da diversidade e complexidade dos problemas que se têm apresentado, nos leva, muitas vezes, a fazer o discurso mítico da vítima. Ficamos ressentidos, pois, afinal de contas, o nosso destino, o nosso papel social, é o do herói. E qual é o herói que não tem, de alguma maneira, qualidades de santo?

O que constatamos é que os educadores, muitas vezes aprisionados em seus sentimentos de impotência, de raiva, feridos em sua vaidade e limitados pelas condições materiais e intelectuais historicamente construídas, experimentam, hoje, uma ciclotimia. Não têm mais certeza se são heróis, santos, algozes, ou vítimas, que parece ser o papel que o presente lhes preparou, pelo menos em seu próprio discurso. Vivem, hoje, todos os papéis ao mesmo tempo: ora um herói santificado, ora um algoz temido e odiado, ora acomodado no papel de vítima.

Essa ciclotimia impossibilita a criação e a ocupação daquele espaço vazio, pleno de humanidade, ou seja, de liberdade, de

responsabilidade e de autonomia. A dinâmica da ciclotimia, aliada às dificuldades acima apontadas, faz com que as atitudes dos educadores, muitas vezes, sejam meras produtoras de bodes expiatórios. O culpado é o outro – o outro professor, o aluno, o dirigente, o diretor, a família, a televisão. Essa é uma atitude profundamente agressiva, que se desdobra em vários sentidos. Talvez o sentido mais geral seja o de alimentar a lógica da violência, pois cria o espaço da vingança, do troco, do revide, da rivalidade e, portanto, da exclusão.

A situação em que se encontram, hoje, o universo e a escola, (...) nos faz dirigir o olhar muito mais para as relações que se estabelecem entre os atores educativos, pois se a territorialidade e a espacialidade da escola está em crise, a tarefa primeira com a qual se defrontam a educação e os professores é responder à crise de viver juntos (GUEDES, 1999, p.220). Trata-se da reinscrição dos valores, dos limites, da lei em novas referências. Trata-se de organizar um projeto e uma prática pedagógicas norteados pelo eixo ético.

Para que seja ética, a nossa atitude não pode ser de queixa. A questão *o que devemos fazer?*, associada intimamente à *que vida queremos construir?*, deve abrir espaço para uma reflexão comprometida com as demandas que se manifestam no contexto social. Uma perspectiva ética esforça-se para, ao responder, imprimir uma lógica de inclusão. Uma lógica que se pautar na valorização do outro, no acolhimento e compreensão do diferente.

Não podemos nos furtar à constatação de que, seja do ponto de vista das ciências da educação, seja dos conhecimentos específicos expressos em termos de grades curriculares, é necessário superar as visões fragmentadas e excludentes que dão ao saber um caráter de feudo. O modelo disciplinar tem se mostrado insuficiente, em vários aspectos, para responder à complexidade da realidade.

É necessário considerar que, ao educar, ao desempenhar sua tarefa, o professor não socializa apenas conhecimentos, conteúdos: ele afirma

valores. Muitas vezes procura impô-los... Quando ensina uma disciplina, ele cria condições para que o aluno não só se aproprie dos conhecimentos daquela área de saber, mas também para que adquira habilidades de lidar com esses conhecimentos e desenvolva atitudes frente ao conhecimento e à sociedade.

Se as questões se colocam para além da socialização dos conceitos e dizem respeito a desafios que se encontram em todos os âmbitos das ações e relações humanas, podemos compreender o significado da presença dos temas transversais no trabalho escolar, de sua natureza e função. É como se eles fossem vasos comunicantes a irrigar e fertilizar o currículo, o espírito do projeto pedagógico.

São conhecidas as restrições que se fazem à expressão “transversais”, dada a alguns temas que se propõem em propostas curriculares como os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998). A transversalidade é entendida por aqueles críticos como algo que atravessa, sem fazer conexão com elas, as disciplinas que representam as diversas áreas. Pode-se, entretanto, entendê-la como a criação de um espaço para contemplar a abordagem de questões sérias e candentes que dizem respeito à vida e às relações humanas e que nem sempre têm sido objeto de consideração ou de abordagem crítica na escola.

A ética se situa, aí, como um tema axial. Como falar de saúde, meio ambiente, sexualidade, diversidade cultural, trabalho e consumo sem que nos coloquemos num espaço ético de reflexão, esse espaço vazio de determinações, pleno de *pro-posições*?

Precisamos inventar a cada momento uma prática mediada e capaz de criar mediações, de romper com um espírito cujos pecados são a indiferença, a intolerância e a inocência, de criar espaços para o desenvolvimento de relações respeitadas e democráticas.

O desafio para quem tem como perspectiva um projeto pedagógico e um trabalho escolar que intencionalmente não se coloca como inocente, nem indiferente, nem intolerante diante de

questões como a convivência, a violência, drogas, sexualidade, é a formação, enquanto cultura da escola, de uma visão de conjunto do homem e do conhecimento. Isso significa, na prática, distinguir, mas não separar, o conhecimento científico do senso comum; o geral do particular; o individual do social; a teoria da prática; o racional do emocional etc.

No espaço da ética e da moral, necessitamos levar em conta os significados culturais em evidência, inclusive no imaginário, e os princípios que sustentam as relações: o reconhecimento do outro, a justiça, a solidariedade. Esses significados e princípios certamente estarão expressos no trabalho da escola. Ao desenvolvermos nosso trabalho, qualquer que seja nossa área de conhecimento, estamos socializando valores, revelando aqueles valores que sustentam nossa prática.

Há necessidade de afirmar, de maneira efetiva, o valor da educação que estamos construindo. Quando ouvimos, por exemplo, alguém dizer que a educação não tem preço, percebemos que não se está querendo dizer que ela não custa, que ela não implica investimentos financeiros. O que se afirma, sim, é que o valor, a importância e prioridade que se atribuem a ela são tão grandes e inquestionáveis que não podem ser reduzidos a referenciais financeiros.

Dizer que o valor da educação é algo além de referenciais materiais é afirmar que a educação é constituinte essencial da humanidade, pois não há como se falar em humanidade sem se falar em educação. A educação, seja em sentido amplo, seja entendida como processo formal ou como currículo escolar, confunde-se, de certa forma, com o processo cultural. Educar é construir humanidade.

É essa a tarefa que nos mobiliza. É preciso questionar o conhecimento que se tem; responder as perguntas nascidas dos questionamentos; avaliar a pertinência das respostas teóricas e práticas que foram elaboradas. Em suma, é necessária uma permanente atitude crítica, em que estejamos dispostos a estudar, interpretar o processo, aprofundar o conhecimento de forma a

desvelar teoricamente o que se passa. Precisamos estar dispostos a desmistificar as contradições pelo exercício das boas relações e pela prática da reflexão. Dispostos a trocar experiências, elaborar e aprofundar a comunicação. E fazer valer a boa educação, que estimule o apetite pelo conhecimento e promova o gosto bom do conviver.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

GUEDES, M.L. **A tragédia invisível na escola, uma leitura girardiana**. 1999. 234f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Estudos

Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1999.

LORIERI, M.A.; RIOS, T.A. **Filosofia na escola – o prazer da reflexão**. São Paulo: Moderna, 2004.

PESSANHA, J.A.M. A ética do cotidiano. **Perspectiva Universitária**. Rio de Janeiro, Junho, 1993, p.3. Entrevista.?

RIOS, T.A. **Ética e competência**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SAVATER, F. **O valor de educar**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VÁZQUEZ, A.S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.